

“FALAMOS À MODA DE BRASILINA, MAS ESCREVEMOS À MODA DE DONA MANUELA”

Sheila Cristiane de Carvalho (PG-MeEL/UFMT) &
Maria Inês Pagliarini Cox (MeEL/UFMT)

1. PREÂMBULO

Este estudo tem por tema o discurso de Monteiro Lobato acerca da língua do Brasil no alvorecer do século XX. Os gestos de definição de uma identidade nacional, que, entre outros aspectos, realçaram a questão linguística, começaram a ser esboçados no século XIX, com a *Independência* política do Brasil, em 1822. Os primeiros tempos da polêmica em torno da língua brasileira foram urdidos principalmente por escritores românticos que reivindicavam a emancipação da literatura feita no país em relação aos modelos portugueses e europeus de um modo geral. Não bastava nacionalizar os temas tratados pela literatura brasileira em processo de constituição; era preciso nacionalizar também a língua do fazer literário. Obviamente, a campanha romântica pela nacionalização da literatura, que alojava, em seu centro, a bandeira da nacionalização da língua, não se fez sem a resistência dos conservadores. Se, por um lado, o Brasil se emancipava, levantava a cabeça e dizia seu próprio nome, por outro, Portugal rangia na defesa de sua mais vultosa colônia linguística.

Pinto (1978, 1981), reunindo um vasto arquivo de textos sobre a questão da língua brasileira, produzidos por escritores, gramáticos e intelectuais dos mais variados campos desde o século XIX, vislumbra duas posições discursivas na interpretação do fenômeno patente da diferenciação do português falado no Brasil em relação à escrita literária e às normas gramaticais lusitanas. A autora refere-se a elas como posição separatista, marcada pela defesa aguerrida do cisma gramatical entre a ex-colônia e a metrópole, e legitimista, marcada pelo radicalismo purista, reconhecendo, contudo, haver entre elas posições conciliatórias. Enquanto os separatistas, imbuídos do espírito libertário que levava à independência política, interpretavam a diferenciação linguística como a formação de uma nova língua, os legitimistas lutavam para salvaguardar o português clássico da ameaça dos estrangeirismos, dos brasileirismos, dos neologismos e dos barbarismos. Num debate fortemente polarizado, os separatistas defendiam a construção de uma identidade cultural apartada da portuguesa, com suas criações

artísticas, estéticas e, sobretudo, com uma língua própria, ao passo que os legitimistas continuavam a defender como genuíno apenas o modelo literário e o padrão linguístico lusitano, avaliando toda sorte de variação e mudança, observada do lado de cá do Atlântico, como corrupção da língua original.

Vigoroso entre os românticos, o discurso separatista experimentou um certo declínio com a ascensão parnasiana, cujos princípios de perfeição formal, não raro, derivaram para a correção gramatical. Contudo, a sanha parnasiana acabou produzindo efeito inverso: a explosão do discurso separatista entre os chamados modernistas. Mário de Andrade (1928), considerado um dos precursores do modernismo no Brasil, nunca perdeu de vista seu projeto de realizar, por meio da literatura, uma estilização culta da fala brasileira, de produzir uma “gramatiquinha” da fala brasileira. Graça Aranha (1924) convocava todos os brasileiros a sacudirem os jugos portugueses e a declararem sua efetiva independência cultural, literária e linguística. Oswald de Andrade (1928) incitava ao uso da “[...] língua sem arcaísmo, sem erudição. Natural e neológica. A contribuição milionária de todos os erros”. Contemporâneo do modernismo, ainda que dele não participasse oficialmente, José Bento Monteiro Lobato (1882 - 1948) foi um militante persistente da causa separatista e enunciou diversas e intensas vezes sobre a urgência da emancipação linguística e literária do Brasil. Criticou o plágio que o brasileiro fazia dos europeus nas artes em geral, na maneira de se comportar e principalmente no idioma que usava para fazer literatura. A seu ver, os brasileiros pouco liam porque não se identificavam com e não entendiam o que liam, dado o distanciamento entre a língua que falavam e aquela com se que se deparavam nas obras que lhes eram dadas a ler. Estava convencido de que não era o domínio da gramática que fazia um bom escritor, como comentou na carta seguinte, escrita em 1915 e endereçada a Godofredo Rangel, interlocutor com quem discutiu, por mais de quarenta anos, todas as suas questões pessoais, acadêmicas, literárias, linguísticas, profissionais e políticas:

Grande bem me fazes com a denúncia das ingramaticalidades [...] a gramática fará letrados, não faz escritores – além do que é também a gramática que o reprova: [...] voltei-me para a gramática e tentei refocilar num Carlos Eduardo Pereira. Impossível. O engulho voltou-me – a imagem do Freire e da bomba. Dá-me ideia duma morgue onde carneiros de óculos e avental esfaqueiam, picam e repicam as frases, esbrugam as palavras, submetem-nas ao fichário da cacofonia grega. A barrigada da língua é mostrada a nu, como a dos capados nos matadouros – baços, fígados, tripas, intestino grosso, pústulas,

“pipocas”, tênias. Larguei o livro para nunca mais, convencido de que das gramáticas saem Silvios de Almeida, mas não Fialhos. ([1915] 2010, p. 329)

A escolha do discurso de Monteiro Lobato como objeto de investigação deste trabalho se deve ao fato de ele ter sido um dos ideólogos do separatismo literário e linguístico que mais contundentemente combateu a reação parnasiana conservadora nas primeiras décadas do século XX. Embora ele tenha sido alvo de milhares de estudos e de publicações nas mais diversas áreas de conhecimento, suas ideias acerca da língua do Brasil ainda mereceram poucos estudos. É, pois, nesse vácuo que este estudo modestamente se inscreve. Reconhece-se que as ideias de Monteiro Lobato sobre a língua do Brasil constituem um rico filão a ser explorado pelos mais diversos campos da pesquisa linguística. Propõe-se aqui a analisá-los com base na análise de discurso francesa, tendo como pano de fundo a polêmica entre separatistas e legitimistas¹, tal como ela se apresenta no texto *O Dialeto Caipira* (1921), uma resenha do texto homônimo de Amadeu Amaral, publicado inicialmente em jornal e posteriormente no livro *Onda Verde*².

Ademais, esta investigação pretende fazer coro aos estudos linguísticos que se preocupam em entender as variações e as mudanças que ocorrem em determinado idioma, reconhecendo que a diversidade e a heterogeneidade são inalienáveis das línguas vivas. Variar e mudar são processos naturais para as línguas vivas. Porém, ainda hoje, quase dois séculos depois dos românticos e quase um século depois dos modernistas, os puristas de plantão veem tais processos como corrupção da boa língua.

2. BALIZAS TEÓRICAS

Realiza-se, nesta seção, uma retomada dos conceitos de formação discursiva e interdiscurso, tal como pensados por Foucault e Pêcheux. Em seguida, revisitam-se os

¹ A pesquisa aqui apresentada integra o projeto “Discursos sobre o português brasileiro – do século XIX ao século XXI”, coordenado pela Prof^a. Dra. Maria Inês Pagliarini Cox, que faz parte do corpo docente do Mestrado em Estudos de Linguagens da Universidade Federal de Mato Grosso (MeEL/UFMT). Trata-se de uma pesquisa sobre os sentidos atribuídos à(s) variedade(s) brasileira(s) do português, baseada em *corpus* de textos escritos por escritores, jornalistas, gramáticos, linguistas, homens de Letras em geral, desde o século XIX, momento em que o nacionalismo romântico começou a instigar as discussões acerca da constituição da língua nacional, em oposição à corrente conservadora que defendia o purismo linguístico e a manutenção do padrão gramatical imposto pelo domínio português.

² A partir de então, a referência ao texto *O dialeto Caipira*, incluído no livro *A Onda Verde* será feita pela sigla **DCOV [1921] 2008**.

estudos de Maingueneau (2008) acerca do primado do interdiscurso e da polêmica como interincompreensão.

Atualmente, o discurso não é mais concebido como uma estrutura fechada em si mesma, independente dos outros discursos circulantes; é visto como constitutivamente heterogêneo. O conceito de formação discursiva (FD) foi proposto por Foucault ([1969] 1986) e ressignificado por Pêcheux (1975). Para Foucault, estudar as formações discursivas equivalia a compreender o funcionamento dos enunciados. Uma FD constrange os sentidos a serem postos em circulação numa dada formação sócio-histórica. Assim, a relação entre os enunciados de uma mesma FD seria da ordem da paráfrase e da sinonímia, ou seja, estão submetidos à “lei de coexistência”. Evidentemente, essa concepção acentua a singularidade de cada FD e não seu enredamento com outras FDs.

Pêcheux recorre ao conceito de FD proposto por Foucault, contudo, desde o princípio visualiza um enredamento de FDs, apoiando-se no materialismo histórico e na teoria althusseriana da ideologia. Conforme essa orientação filosófica, a formação discursiva precisava ser pensada na sua relação necessária com a formação ideológica e a formação social. Para ele, as representações sociais e os discursos seriam a expressão de conjunturas ideológicas, que estariam diretamente ligadas a determinada formação social num dado momento histórico. As condições de produção determinam quais discursos podem ser produzidos e quem pode enunciá-los.

Destarte, tendo em vista as contradições que permeiam o tecido social, principalmente nas sociedades divididas em classes, mas não apenas nelas, as FDs nunca se apresentam independentes uma das outras. Daí Pêcheux ([1975]1997, p. 162) se referir ao “todo complexo com dominante de formações discursivas” que, por sua vez, se remete ao “todo complexo com dominante das formações ideológicas”, ambos refletindo as relações de desigualdade-subordinação que permeiam uma formação social dada. A noção de “todo complexo com dominante de formações discursivas” desemboca naturalmente naquela de “interdiscurso”, esmiuçada através das noções de “pré-construído” e “articulação” ou “discurso transversal”. Por “pré-construído”, Pêcheux (1997, p. 164) designa “‘o sempre-já-aí’ da interpelação ideológica que fornece a ‘realidade’ e seu ‘sentido’ sob a forma da universalidade”. Já por “articulação”, o autor designa o processo de incorporação-dissimulação do pré-construído no fio do discurso pelo sujeito. Desde a sua proposição, a noção de interdiscurso passa a ocupar um lugar central no campo da análise de discurso.

Não sem razão, na obra *Gênese dos discursos* (2008), Dominique Maingueneau propõe, como a primeira das sete hipóteses teórico-metodológicas por ele formuladas, que “o interdiscurso tem precedência sobre o discurso” (p. 20). Em decorrência disso, o discurso deve ser analisado como um “espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos” (p. 20) e não como uma unidade autônoma, que se constitui independentemente de outros dizeres com os quais compartilham o espaço e estão em constante fricção.

Maingueneau (2008) recorre ao conceito de heterogeneidade constitutiva (Authier-Revuz, 2004) para esmiuçar a hipótese do primado do interdiscurso, postulando uma relação inextricável entre o Mesmo e o Outro. O autor explora o conceito de interdiscurso tanto do ponto de vista teórico quanto do ponto de vista metodológico, como uma ferramenta de análise. Contudo, subsumindo que o conceito é “grosseiro” e “vago”, propõe a tríade – universo discursivo, campo discursivo, espaço discursivo – para operacionalizá-lo. O termo “universo discursivo” designa “o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que interagem numa conjuntura dada” (MAINGUENEAU, 2008, p.33). Pela sua abrangência e dispersão, o universo discursivo não se apresenta como um objeto suscetível de análise.

Partindo do horizonte do “universo discursivo, Maingueneau (2008, p. 34) vislumbra o “campo discursivo” e o define como: “um conjunto de formações discursivas que se encontram em concorrência, delimitam-se reciprocamente em uma região determinada do universo discursivo”. Os “campos discursivos” não constituem ilhas no mar de discursos que circulam numa conjuntura social dada, mas são eles que permitem ao pesquisador formular hipóteses sobre a constituição de um discurso a partir do diálogo com formações discursivas já existentes num campo específico. Assim, o campo discursivo abarca os discursos que “conversam” entre si, como o político; o educacional; o da saúde e assim por diante. Embora os campos não sejam empiricamente apreensíveis, são um postulado necessário para apreender a rede intersticial de trocas constitutivas de um discurso.

O campo discursivo é um construto analítico que permite a circunscrição do “espaço discursivo” a ser recortado pelo pesquisador como objeto de análise. O autor entende que o espaço discursivo “delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados” (MAINGUENEAU, 2008, p.35). Este é, pois, definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa. Os

“espaços discursivos” são visualizados/projetados/recortados pelo analista em função de seu objeto/objetivo de investigação. Cabe ao analista aliar o conhecimento de textos que possui ao saber histórico, para definir o espaço discursivo ao qual restringirá sua pesquisa, podendo, à medida que a análise do *corpus* progride, confirmá-lo ou refutá-lo.

Neste artigo, postula-se o campo discursivo das Letras, em meio ao qual se circunscreve a relação polêmica entre modernos e conservadores no que tange à forma de significar a variedade linguística brasileira e a formação de uma identidade nacional. A porta de entrada para o exame dessa polêmica é a obra de Monteiro Lobato, mais precisamente o texto *O dialeto caipira*. Para tatear as formações discursivas que interpelam Monteiro Lobato, ao enunciar sua posição sobre a existência/formação de uma possível língua brasileira, é necessário levar em conta o tenso diálogo que ele mantinha com o discurso legitimista, alinhado com o purismo da língua portuguesa. Assim, embora a obra-arquivo de que se extrai o *corpus* estudado seja única, ela constitui um espaço discursivo atravessado por diferentes posições ideológicas no que diz respeito ao estatuto da língua nacional: a língua portuguesa apropriada e transformada a ponto de se tornar outra – a brasilina – ou a língua portuguesa mantida inalterada tal como nos impuseram aqueles que nos colonizaram o corpo e a alma.

Ao tratar do primado do interdiscurso, Maingueneau (2008, p. 35-36) acrescenta que, para reconhecer este fenômeno, é fundamental que se “construa um sistema no qual a definição de rede semântica que circunscreve a especificidade de um discurso coincide com a definição das relações desse discurso com seu Outro.” Mais uma vez, o autor enfatiza a ideia de que o discurso não é fechado em si mesmo, mas sim um profícuo lugar de trocas. No âmbito do espaço discursivo, o Outro, traduzido pelo Mesmo, é virado pelo avesso, passando a existir sob a forma da negação e do simulacro. Daí decorre a concepção de que todo discurso é constitutivamente heterogêneo, concepção que deságua no postulado da interincompreensão, da polêmica inerente ao processo de tradução entre discursos de um mesmo espaço. Compreender o espaço discursivo como um enredamento interdiscursivo significa realçar sua natureza heterogênea, seu atravessamento por diversas posições enunciativas, que, segundo Maingueneau (2008, p. 99), levam à “interincompreensão” generalizada, ao desentendimento recíproco entre o Mesmo e o Outro.

Todo discurso alinha-se com/defende uma perspectiva de significado, reivindicando, de um lado, semas “positivos” e, de outro, rejeitando semas “negativos”, que, no processo de tradução, são identificados com a posição do Outro. O processo de

tradução é, assim, constitutivo do discurso. O autor insiste que não se trata de tradução de uma língua para outra, mais sim de uma FD para outra. Trata-se, sim, de “um mecanismo necessário e regular, ligado à constituição de formações discursivas que remetem, para além delas mesmas, a descontinuidades sócio-históricas irredutíveis” (MAINGUENEAU, 2008, p. 101). O discurso Outro está sempre presente no discurso Mesmo, mas, para preservar sua identidade, o discurso Mesmo inclui o Outro apenas na forma de simulacro.

Respondendo à crítica de que essa compreensão do conceito de polêmica poderia esvaziar-lhe o sentido, Maingueneau propõe uma distinção entre um nível dialógico – o da interação/heterogeneidade constitutiva – e um nível polêmico – o da interação/heterogeneidade mostrada, mais e melhor dizendo, o da citação. No gesto de polemizar, ou seja, de citar o discurso-paciente, mediante “fragmentos localizáveis”, embute-se a ilusão de quem pensa estar incorporando o real do discurso do Outro ao discurso do Mesmo, mas dele, efetivamente, só faz incorporar um simulacro. Além disso, como afirma Maingueneau (2008), não é meramente o significado do fragmento citado que é alvo de simulacro, mas todos os elementos da discursividade que compõem o que ele chama de semântica global (as palavras, o estatuto do enunciador e do enunciatário, o modo de enunciação, a intertextualidade etc.). Se todo discurso tem sua gênese ligada ao interdiscurso, isso quer dizer que ele é necessariamente dividido e a única forma de perseguir o ideal (inatingível!) de completude e fechamento é demarcar sua posição em relação ao Outro, mantendo-o à distância, sob controle. Assim, sem a polêmica, “a identidade do discurso correria o risco de desfazer-se” (MAINGUENEAU, 2008, p. 113).

Numa visada cronológica, Maingueneau refere-se aos discursos constituintes de um espaço discursivo como discurso primeiro e discurso segundo. Tendo em vista que o discurso segundo se constitui a partir do primeiro, tende-se a pensar que apenas o discurso primeiro pode funcionar como o Outro do discurso, numa relação dessimétrica. Contudo, essa dessimetria, ligada à gênese do discurso segundo, não cobre todas as formas de relação entre os discursos que compõem o espaço discursivo. Nem sempre o discurso segundo golpeia mortalmente o discurso primeiro. Ele pode demorar a sucumbir e até mesmo não desaparecer. Na perspectiva da gênese, pode-se falar para o discurso segundo de uma fase de constituição, em que a presença do Outro é ostensiva, e de uma fase de conservação, em que a presença do Outro, embora não se dissipe totalmente, recua para a periferia. Contudo, “há um momento em que o sistema que

funda a formação discursiva se desfaz”, desaparecendo “qualquer laço com o Outro constitutivo, mesmo quando se continua a crer na lenda original, a inscrever-se em sua filiação” (MAINGUENEAU, 2008, p. 41). Assim, o funcionamento da polêmica é controverso, pois quem se põe a defender uma perspectiva de significado como a única correta, verdadeira, para afastar a ameaça representada pela perspectiva de significado defendida pelo Outro, precisa inseri-la em seu sítio de sentidos e dominá-la, anulando-a por meio de simulacros.

As noções de interdiscurso, interincompreensão, tradução e simulacro solapam a tese romântica e idealista – a da criação *ex nihilo* – sobre a gênese do discurso. Os discursos não são criações independentes produzidas por gênios movidos pelo impulso de significar o mundo adamicamente. Eles se constituem no interior do interdiscurso e afirmam sua identidade pela negação do Outro.

3. LEITURAS DO *CORPUS*

Esta seção será nucleada pelo texto *O dialeto Caipira*, uma resenha feita por Monteiro Lobato do texto homônimo de Amadeu Amaral³. A obra de Amaral, cujo objeto é o linguajar do caipira paulista do vale do Paraíba, foi publicada em 1920. Ao resenhar essa obra, Lobato reflete, à luz da teoria do evolucionismo linguístico, sobre as variedades e mudanças linguísticas que ocorriam no português brasileiro, anunciando o nascimento de uma nova língua. Escrita, em grande parte, com uma linguagem metafórica e de fácil apreensão, a resenha lobateana (texto integral anexo) é exemplar da polêmica em torno da língua nacional que ganhara um novo fôlego nas primeiras décadas do século XX.

Ao resenhar a obra *O Dialeto Caipira*, Lobato, de partida, presume seu significativo valor, afirmando estar, apesar do título modesto que lhe fora atribuído por Amadeu Amaral, diante da “primeira gramática da língua brasileira”. (LOBATO, DCOV [1921], 2008). Nessa afirmação, Lobato desloca o espectro restrito da obra – um estudo dialetológico do falar caipira paulista – para um espectro amplo – uma gramática da língua brasileira. É como se dissesse que *o dialeto caipira é a língua brasileira*. É como se houvesse uma identificação entre ser brasileiro e ser caipira, o que faz muito

³ Amadeu Amaral nasceu em 6 de novembro de 1875 em Capivari, Estado de São Paulo, e faleceu em 24 de outubro de 1929, em São Paulo, capital. Começou a atuar no jornalismo ainda jovem e dedicou-se paralelamente à poesia, aos estudos folclóricos e, sobretudo, à dialetologia. Era autodidata e sua erudição surpreendia a todos. No Brasil, foi pioneiro no estudo científico de um dialeto regional.

sentido em se tratando de Monteiro Lobato, que, como ninguém, reverenciou o Brasil da roça, do mato, em sua obra, como o que havia de mais genuíno no país, como a única esfera que não estava contaminada pelos modelos lusitanos e europeus. Ao mencionar, na resenha, “a língua brasileira”, Lobato usa um artigo definido, referenciando-a como uma língua pública e notoriamente conhecida, apartada do português, carecendo apenas de ser gramaticalizada, tarefa que começava a se realizar com a obra de Amadeu Amaral.

Que o português falado do lado de cá do Atlântico já era outro em relação àquele falado do lado de lá, era um fato que vinha sendo dito desde o século XIX. Porém, não havia consenso sobre o *status* dessa diferença: uma diferença dialetal ou sistêmica? Muitos a nomeavam como “dialeto brasileiro”, “fala/falar brasileiro”, “linguajar brasileiro”, “variedade brasileira”, “regionalismo”, “provincianismo”, posição que admitia o processo de diferenciação, mas não o bastante para justificar a constituição de outro idioma. Pode-se dizer que essa posição não rompe com a política de unidade linguística entre o Brasil (colonizado) e Portugal (colonizador). A colonização/dominação governamental teria sido interrompida, mas não a linguística.

Poucos tiveram a coragem de classificar essa diferença como uma diferença sistêmica e nomeá-la como “língua brasileira”, “idioma brasileiro” ou qualquer outra designação que a vinculasse ao Brasil. Contudo, alguns separatistas, arrogando-se a missão de completar o processo de emancipação do Brasil, equacionavam autonomia política e autonomia linguística, ou seja, equacionavam nação e língua (ALBUQUERQUE E COX, 1997), ambas inextricavelmente ligadas. Dentre eles, Salomé Queiroga ([1873]1978) dizia: “Escrevo em nosso idioma, que é *luso-bundo-guarani*” (p. 168); “Os literatos portugueses castiguem seus patrícios quando escrevem idioma brasileiro, mas por Deus, deixem-nos em paz falando *nossa língua que é brasileira*, não portuguesa” (p. 167). Também, Mário de Andrade designou a língua falada no Brasil como “língua brasileira”: “A língua brasileira é das mais ricas e sonoras” ([1922] 1993, p. 67). Porém, Mário voltou atrás, passando a designá-la como “fala brasileira”, assumindo uma posição conciliatória com a língua portuguesa. Já Lobato referia-se à língua falada no Brasil como “língua brasileira” ou “Brasilina”, nomes que não ignoram e nem suavizam a disjunção que ocorreu na história da língua portuguesa na colônia brasileira. O fato de nomeá-la dessa forma patenteava uma ruptura em relação ao processo dominante de significação que a nomeava como língua portuguesa, lembrando a nossa filiação ao discurso da colonização. Conforme Seriot

(1996, p. 297), “[...] o nome da língua é um objeto de luta, um objeto simbólico extraordinário, capaz de fabricar uma ontologia”. Contudo, para Monteiro Lobato, nomear uma língua de brasileira ou Brasilina não seria um gesto suficiente para emancipar cultural, literária e linguisticamente o país, se essa língua fosse apenas uma língua oral, falada pelo povilêu, pela arraia miúda, pelos matutos e iletrados; seria necessário que essa língua se tornasse uma língua escrita, que fosse gramatizada, pois só assim poderia se tornar uma língua de expressão literária, uma língua sem restrição para circular em todos os meios.

Por gramatização, entende-se, conforme Auroux (1992, p. 65), “[...] o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”. Vale notar que Lobato, sem nenhuma ciência linguística *stricto sensu*, enxerga o estudo efetuado por Amaral como “[...] o começo da gramaticalização de uma língua nova, neta da língua de Horácio” (LOBATO, OV2 [1921], 2008), como o começo da gramaticalização da língua brasileira, ou melhor, da Brasilina, como ele a nomeia. Amadeu Amaral teria fincado o primeiro pilar, a gramática, que instrumentaria a Brasilina. Lobato insistia, pois, em ver em *O Dialeto Caipira* algo mais amplo em termos de gramatização da língua brasileira do que o próprio Amaral pretendia com sua obra.

Outro aspecto que salta aos olhos do leitor nessa resenha é a forma como a tese evolucionista que marcou a linguística histórica e comparada no século XIX é metaforicamente explorada no discurso de Lobato sobre a língua brasileira, embora ele não se refira de modo explícito a ela. São muitas as metáforas de que ele se serve para falar da nova língua que estava nascendo: a metáfora da árvore, a metáfora das relações de parentesco, a metáfora do ciclo da vida, a metáfora da mulher em várias faixas etárias, a metáfora da formação de uma pedra preciosa a partir de uma gota de água. Efetivamente, o evolucionismo linguístico é um eco da tese de Darwin sobre a seleção natural dos organismos na luta pela sobrevivência.

Segundo Kristeva (1974, p. 274), a linguística do século XIX é dominada pela visão *genealógica* das línguas que, além de agrupá-las em famílias, deriva cada membro de uma fonte inicial. O evolucionismo não enfatizava a lógica dos sistemas gramaticais, mas sim o vitalismo do *logos*, inspirando-se no estudo dos “seres vivos”, dos organismos. Aliás, de acordo com o pensamento evolucionista, o desenvolvimento histórico explica tudo, os seres orgânicos e inorgânicos, as sociedades e instituições e

suas práticas. Logo no começo do texto, a tese do evolucionismo linguístico, que vincula a origem do língua portuguesa ao latim, é evocada por Lobato, por meio da metáfora da árvore:

A grande árvore da língua latina, que circunstâncias felizes fizeram viçar ao bafejo das brisas mediterrâneas, depois de completo um glorioso ciclo biológico, morreu como morrem árvores, escasqueada, broqueada, parasitada, lenhada e afinal derrubada pelo bárbaro a manejar inconscientemente o machado da evolução. (DCOV [1921], 2008, p. 89)

Como as árvores, as línguas nascem, crescem, têm um período de apogeu e depois declinam e morrem, mais precisamente, transformam-se em outras línguas. Lobato relembra o que se passou com o latim, que viçou “ao bafejo das brisas mediterrâneas”, mas, depois de completar “um glorioso ciclo biológico, morreu”. Atacadas pelas pragas e pelos homens, as árvores (e também as línguas) tombam. No caso do latim, sua expansão, acompanhando o avanço do Império Romano pelo território europeu, colocou-o em contato com a língua dos bárbaros que habitavam a região, produzindo, num primeiro momento, um processo de dialetação que deu origem ao chamado latim vulgar que, progressivamente, se afastava da língua falada no entorno de Roma.

Vale lembrar que o termo “bárbaro” se origina do termo grego βάρβαρος (barbaros), utilizado para se referir aos estrangeiros, às pessoas que não eram gregas, àqueles povos cuja língua materna não lhes era compreensível por ser diferente da grega. No Império Romano, a expressão passou a ser usada com a conotação de “não-romano” ou “incivilizado”, para se referir aos povos germânicos, celtas, iberos, trácios e persas, aqueles que, manejando o latim como língua estrangeira, acabaram por dialetá-lo, com base nas suas línguas maternas, dando origem às distintas línguas românicas: português, italiano, francês, espanhol, romeno e o galego.

Assim, quando Lobato afirma figurativamente que a grande árvore da língua latina é “derrubada pelo bárbaro a manejar inconscientemente o machado da evolução”, ele não só reitera a interpretação de que as línguas românicas foram geradas pelos bárbaros que falaram o latim como língua estrangeira, mas que, analogamente, serão os bárbaros brasileiros, que, falando a língua portuguesa como estrangeiros, a derrubarão para dar lugar à língua brasileira. Quer dizer, o processo de evolução que vai transformar o português em brasileiro também será realizado pelo machado dos bárbaros, da “arraia miúda”, do “povinho humilde”, dos “roceiros”, da “patuléia

urbana”, dos “jecas”, do “poviléu”, da gente brasileira tida como não civilizada, inculta etc. É a interação com a língua do outro, do bárbaro, que impulsiona a mudança, a evolução linguística. A grande árvore latina é vista como uma árvore genealógica que retrata a história da família (a família neolatina), desdobrada nas gerações e relações de parentesco:

Mas como árvore que era, morreu perpetuando a espécie nas filhas – esses formosos alporques que constituem hoje a família neolatina.

Bela irmandade! Quatro irmãs, opulentas de tesouros literários – a lusa, a italiana, a francesa, a espanhola, e a mais humildezinha, aquela entalada no *frége* dos Bálcãs – a romena. E todas bem enseivadas, ricas, capazes de a seu turno refluírem em prole magnífica de que sairão as netas da língua latina.

Cá entre nós já vemos grulhar a netinha número um, sub-variedade da língua portuguesa. (DCOV [1921], 2008, p. 89)

A avó (a língua latina) morreu, deixando as filhas (as línguas portuguesa, italiana, francesa, espanhola e romena que são irmãs) que podem refluír em “prole magnífica de que sairão as netas da língua latina. Conforme Lobato, “a netinha número um”, já estava a caminho no Brasil, originada da mãe lusitana na sua interação com a língua dos bárbaros (povos indígenas que habitavam o país antes da colonização e africanos trazidos para cá como escravos). É interessante observar como a metáfora da árvore é trabalhada ao longo do texto por Lobato que faz uma espécie de contraste entre morte e vida: de um lado, está a árvore que morre “escasqueada, broqueada, parasitada, lenhada e afinal derrubada” e, de outro, as árvores que nascem dos alporques (alporque é um método reprodução vegetal, pela formação de raízes adventícias num ramo de uma planta já enraizada), “opulentas”, “bem enseivadas e ricas”, capazes de gerar uma prole numerosa.

O genealogismo linguístico busca reconstruir o esquema de evolução das línguas, remontando até as formas mais arcaicas atestadas ou postuladas hipoteticamente, como é o caso do indo-europeu. Não seria despropositado afirmar que Lobato dialoga com o evolucionismo linguístico, embora, em momento algum, cite seus mentores Bopp, Grimm ou Schleicher, ou faça referência explícita a essa teoria, o que sugere uma retomada interdiscursiva na forma de heterogeneidade constitutiva. Apenas o leitor familiarizado com a história do pensamento linguístico, informado do discurso evolucionista, é capaz de reconhecê-lo nas entrelinhas de Lobato. Para ele, a língua brasileira parte de um ancestral comum, a língua latina, que, transplantada para a Península Ibérica, foi se transformando até se tornar a língua portuguesa, que, trazida

para a colônia do novo mundo, foi se “barbarizando” até se fazer outra língua – a brasileira. Em sua resenha, Lobato apresenta a “netinha” do idioma latino, filha da língua lusa, a língua brasileira:

Cá entre nós já vemos grulhar a netinha número um, sub-variedade da língua portuguesa.

É a língua da terra, a língua geral destes vinte e cinco milhões de criaturas que somos. Coexiste em nosso território, ao lado da língua-mãe e oficial, a portuguesa. Humilde criança da roça gerada no seio da arraia-miúda dos campos e do povinho humilde e sofredor das cidades, negam-lhe pão e água os magnatas cortesanescos que fazem roda de peru em torno da rainha metropolitana. (DCOV [1921], 2008, p. 89)

Nessa sequência, a primeira referência de Lobato à língua brasileira é metafórica. As metáforas da árvore genealógica, das relações de parentesco (família), das idades e da mulher imbricam-se nos enunciados lobateanos sobre a língua brasileira. Ao longo de todo o texto, a língua brasileira é personificada como uma menina, a “netinha número um” do latim. A língua brasileira, já a “grulhar” (tagarelar) por aqui, é utilizada por nada menos que 25 milhões de pessoas, mas, ainda, não se sobrepõe à língua lusa, elas “coexistem” lado a lado. Como língua gerada na roça, pela ação do machado dos bárbaros (a arraia-miúda dos campos e o povinho humilde e sofredor das cidades), tem seu direito de cidadania negado, usurpado, pela elite conservadora e legitimista, introduzida no enunciado, por meio do simulacro “os magnatas cortesanescos”, ridicularizados por Lobato por fazer “roda de peru” em torno da “rainha metropolitana”. A metáfora põe a nu a prática de reverenciar o idioma lusitano, como os cortesãos reverenciavam e bajulavam a nobreza (“a rainha metropolitana”). O enunciatador destila um humor corrosivo em direção à prática legitimista de curvar-se à língua da metrópole e de renegar a língua que aqui estava sendo gerada.

Como já se apontou anteriormente, Lobato metaforiza a língua brasileira como uma mulher, uma menina que já nasceu, está crescendo e se transformará em uma moça graciosa que vai encantar poetas e prosistas. Essa metáfora se mantém em todo o texto, mas, à medida que o texto avança, a menina vai crescendo:

Não obstante a menina cresce, conchegada com amor ao seio do povo. Já é ela, a neta, e não mais a avó erudita, quem satisfaz às necessidades de intercâmbio mental dos roceiros, das patuleias urbanas e dos literatos que se dirigem às massas e não às elites gomosas. (DCOV [1921], 2008, p. 90)

No início, tratava-se da netinha recém-nascida, agora trata-se de uma menina que está crescendo e se expandindo em meio ao povo por melhor se adequar às suas necessidades de interação. Quem era o povo em cujo seio a língua brasileira crescia? Eram os “roceiros”, “as patuleias urbanas” e “os literatos que se dirigem às massas e não às elites gomasas”. Como o povo não era uma massa homogênea, o abrasileiramento não estava produzindo uma língua única, mas múltipla, como podia ser observado em todo o território nacional:

Nela é que o sertanejo ama, o gaúcho bravateia, o retirante chora, o seringueiro lamenta-se, o vaqueiro descanta, o cafajeste pernostica. Tem já poetas embelecados pelas suas graças nascentes e adoradores prosistas, doidos pelo seu linguajar langue, ingênuo, expressivo e vivamente impregnado da cor, do som, do cheiro, do ité, do agreste da terra brasílica. (DCOV [1921], 2008, p. 90)

A língua brasileira seria não só a mais adequada às várias funções exercidas pelos homens (sertanejo, gaúcho, retirante, seringueiro, vaqueiro, cafajeste) nas diferentes regiões e espaços sociais, mas também a mais expressiva para poetizar e narrar, pela sua íntima relação com a natureza local, com as características do contexto e com o povo que a utiliza. Para além da divisão entre língua portuguesa e língua brasileira, ele já notava o processo de dialetação da língua brasileira que já surgia como várias línguas. Todo ser humano cresce e vai se tornando independente dos pais. Do mesmo modo, a menina língua brasileira crescerá e se emancipará de sua velha mãe lusitana.

Crescerá essa menina, far-se-á moça e mulher e sentar-se-á um dia no trono ora ocupado por sua empertigada e conspícua mãe. Imperará no Brasil inteiro – não como hoje, às ocultas e medrosamente, mas às claras, de justiça e de direito; e não na língua falada apenas, mas na falada, na escrita e na erudita. E a velha língua-mãe, que cá vige, mas não viça, abdicará de vez em favor da filha espúria que hoje renega, e desconhece, a insulta como corruptora da pureza importada. (DCOV [1921], 2008, p. 90)

Nessa sequência discursiva, o enunciador prenuncia o futuro promissor da língua brasileira diante da língua portuguesa que já se encontraria em decadência (“a velha língua-mãe, que cá vige, mas não viça”). A língua brasileira não ocupa o lugar de honra que merece ocupar, por ele ainda estar “ocupado por sua empertigada e conspícua mãe”, mas chegará o dia em que ela será a língua oficial do país, não apenas na fala, mas

também na escrita. Tal sequência é exemplar da polêmica entre separatistas e legitimistas, pois ela deixa entrever a posição de ambos. Por meio do processo de interincompreensão, o separatista significa a mãe língua portuguesa mediante um simulacro: ela é uma “velha”, “empertigada e conspícua” (soberba, vaidosa, aparecida) que, apesar de ainda vigente, não brota (“viça”) mais, ou seja, já está quase seca, estéril, morta. Por sua vez, a voz do discurso legitimista é citada pelo discurso separatista como aquela que censura a “filha espúria”, que a “renega”, “desconhece”, “insulta como corruptora da pureza importada” e a condena a uma existência clandestina, “às ocultas e medrosamente”. Essa interpretação da língua brasileira deixa entrever o processo de interincompreensão do ponto de vista da semântica legitimista, cuja ideologia purista leva à recusa de qualquer mudança linguística, como sinal de corrupção e não de desenvolvimento natural das línguas vivas. Para um legitimista, a língua brasileira era uma “filha espúria”, quer dizer, uma filha ilegítima, bastarda, falsificada, adulterada, não genuína, não castiça, um mal a ser extirpado etc. A menina língua brasileira vira a *sinhazinha Brasilina*:

E *sinhazinha Brasilina* não tem pressa. Menina descansadota, meio “mãe da vida”, ela olha para o tempo e, despreocupada, folga e ri de pé no chão à beira dos corgos, pelas vendolas de estrada, nos casebres de sopapo, nos sambas, nas catiras, nas farras, na peraltagem infantil das ruas. Convive apenas com o povinho miúdo. Foge, acanhada, dos grandes, em cujo olhar severo só vê censuras e desprezo. (DCOV [1921], 2008, p. 90)

Nessa sequência, a menina vira uma moça, mais precisamente, uma “*sinhazinha*”, cujo nome de batismo é *Brasilina*, expressando uma incisiva tomada de posição em favor do discurso separatista-nacionalista. A metáfora da “*sinhazinha Brasilina*”, além de produzir o efeito de sentido de que a língua brasileira está crescendo, também a coloca na condição da filha dos patrões que poderá um dia dominar o país inteiro (“*Imperará no Brasil inteiro*”). Por enquanto, ainda não ganhou a cena principal, circulando, sem pressa, à vontade, “à beira dos corgos, pelas vendolas de estrada, nos casebres de sopapo, nos sambas, nas catiras, nas farras, na peraltagem infantil das ruas”, apenas na boca do “povinho miúdo”. No final dessa sequência, pode-se observar novamente a polêmica em torno da língua brasileira, com a retomada, pelo enunciador separatista, da voz legitimista: “Foge, acanhada, dos grandes, em cujo olhar severo só vê censuras e desprezo”. A posição legitimista é, pois, enunciada na forma de

um simulacro; ela é significada como “olhar severo”, “censura” e “desprezo” dos grandes pelo povinho miúdo, ou seja, ela é mostrada como uma postura intimidatória.

A personificação da língua brasileira como mulher é explorada sob vários ângulos. Na sequência seguinte, a sinhazinha é dita até ter namorados:

Tem namorados. Cornélio Pires é um. Valdomiro Silveira é outro. Com eles abre o coração e entremostra o ouro que lhe vai dentro. (DCOV [1921], 2008, p. 90)

Os supostos namorados de Brasilina eram escritores contemporâneos de Lobato que utilizavam o falar caipira em suas obras, abonando, assim, a nova variedade. Cornélio Pires é considerado o “bandeirante da música caipira”. Seu trabalho de pesquisa e promoção da música, linguagem e cultura geral do caboclo ocupa um lugar de destaque, pelo seu pioneirismo, na indústria fonográfica brasileira, inaugurando o rico filão da música caipira/sertaneja. Valdomiro Silveira, tido como escritor regionalista, nutria grande curiosidade e simpatia pelos caipiras paulistas, com os quais buscava conviver para apreender seu modo de falar e seus costumes que transformava em matéria para seus livros. Enfim, ambos eram escritores caboclistas que escreviam em dialeto caipira. Diante deles, Brasilina não se intimidava, abria seu coração e mostrava o ouro que ia lá dentro. Nessa sequência, o enunciador destaca a apropriação do saber linguístico do caboclo pelos escritores regionalistas, em cuja companhia Brasilina teria liberdade de se mostrar sem censura.

Também na companhia de Catulo da Paixão Cearense, poeta, compositor e músico, que se dedicou ao cancionário popular, tendo composto “Luar do sertão”, considerado o hino nacional do sertanejo, sinhazinha Brasilina se sentia à vontade:

Gosta ainda de sapatear quanto Catulo sapeca o pinho choroso. Mas, apesar destas entradas fugidias no grande palco, a arisca Brasilina permanece roceira, e só nos campos reina, qual ninfa selvagem – pés nus, vento nos cabelos, sol nas faces. (DCOV [1921], 2008, p. 90)

Excetuando-se pelo lugar de honra que lhe concediam escritores e musicólogos regionalistas, era na roça, lugar onde nascera e vinha crescendo, que Brasilina, longe das regras da civilização, ficava à vontade, reinava em estado bruto, “qual ninfa selvagem – pés nus, vento nos cabelos, sol nas faces”. Contrastando com essa ideia de soltura, liberdade, sossego e descompromisso, a Brasilina é posta por Lobato como uma

mulher “séria de testa franzida”, ao ser transformada em objeto de estudo por Amadeu Amaral:

Era assim. Mas hoje Brasilina está séria, de testa franzida. Veio perturbar-lhe o sossego da vida um homem, seu desconhecido, cuja atitude a surpreende. (DCOV [1921], 2008, p. 90)

Brasilina, até então puro saber linguístico do povinho miúdo, sem instrução, iletrado, que vive na roça, é surpreendida por Amadeu Amaral que se interessa por ela não como poeta, prosista ou folclorista, mas como alguém que quer estudá-la, que quer produzir um saber metalinguístico sobre ela. Assim, a menina-sinhazinha leve e solta (o saber linguístico) se transforma na mulher séria (o saber metalinguístico):

Amadeu Amaral, em vez de sussurrar-lhe palavras de amor ou desferir-lhe descantes de viola, estuda-a. E Brasilina, tomada a sério pela primeira vez, escolhida de improviso por um escritor de alto renome que a quer tratar com fidelidade, entrepara, acanhadinha, de pé atrás e dedo na boca. E Amadeu assim a esboça, dos pés à cabeça, em traços firmes, num carvão que marcará entre nós o início de uma fase nova de estudos linguísticos – e está fecundíssima, verão. (DCOV [1921], 2008, p. 90-91)

O gesto de Amadeu Amaral, ao escrever *O dialeto Caipira*, é considerado por Lobato o gesto inaugural do processo de gramaticalização da Brasilina, gesto fundamental para ela ser alçada à condição de idioma nacional, digno de ser escrito e não apenas falado. A partir de então, a Brasilina não seria útil só para dizer palavras de amor ou para as cantorias de viola, revestia-se da importância de um objeto de estudo, de um fenômeno linguístico a ser pesquisado e retratado com “fidelidade”. Não seria mais a língua do povinho miúdo e dos escritores regionalistas, resultado da danação do português legítimo, motivo de vergonha para seus falantes. Seria já uma língua dignificada por uma descrição gramatical. Segundo Lobato, a descrição realizada por Amadeu Amaral perfila a Brasilina “dos pés à cabeça em traços firmes, num carvão que marcará entre nós o início de uma fase nova de estudos linguísticos”. Amadeu Amaral seria uma espécie de divisor de águas, marco de uma revolução no pensamento linguístico da época, inteiramente devotado a questões filológicas relacionadas ao passado, à língua-mãe. Um estudo dialetológico, sincrônico, de uma variedade linguística falada no Brasil, era uma baforada de ar fresco num campo cheirando a mofo. Nesse ponto da resenha, a crítica aos legitimistas se intensifica:

Até aqui a nossa filologia se limitava a bizantinar sobre verrugas da língua-mãe, mexericando com os clássicos, fossando como bácora pulverulentos alfarrábios reinóis.

Surgia a polêmica estéril. Cândido de Figueiredo intervinha de lá com a palmatória; os gramáticos menores – que os há como carrapatos pelo interior – assanhavam-se; e o ponto debatido, em vez de esclarecer-se, ficava como novelo que gato brincou. (DCOV [1921], 2008, p. 91)

Como já foi mencionado anteriormente, para Lobato, a obra de Amadeu Amaral representa um marco da mudança de direção dos estudos linguísticos no Brasil, marco textualizado por meio do sintagma adverbial “Até aqui”. A atitude legitimista de endeusamento da língua lusitana é traduzida por meio de um simulacro corrosivo que coloca a filologia brasileira na condição de quem se perde em discussões complexas, mas irrelevantes (“a nossa filologia se limitava a bizantinar sobre verrugas da língua-mãe”), de quem mexerica com os clássicos (provavelmente em alusão aos parnasianos), de quem fuça, como porco (“bácora”), livros velhos, cheios de pó da metrópole portuguesa (“pulverulentos alfarrábios reinóis”). Tal como descrita pelo separatista Lobato, a filologia brasileira se metia em polêmicas gramaticais estéreis, incapazes de gerar bons frutos. O termo “bizantinar” remete-se a “bizantinismo”, que significa “tendência a se preocupar com temas complexos e sutis, porém sem importância ou consequência prática, especialmente quando há questões mais relevantes a resolver” (HOUAISS, 2009, p. 298). E o pior de tudo isso era que, nas intermináveis discussões sobre “as verrugas da língua-mãe”, a palavra final – o uso da palmatória – cabia a Lisboa, metonimicamente representada pelo filólogo e dicionarista português Cândido de Figueiredo⁴, que, do lado de cá do Oceano Atlântico, era copiado pelos “gramáticos menores”, traduzidos/interincompreendidos como “carrapatos” por Lobato. Tais os carrapatos, animais que parasitam vertebrados, os gramáticos menores parasitam os gramáticos grandes que legislam sobre a língua legítima de seu lugar de origem. Do enredo entre os gramáticos da metrópole lusitana e os gramáticos menores da ex-colônia em torno de questiúnculas linguísticas irrelevantes (as tais verrugas) não resultava nenhum esclarecimento apenas muita confusão, textualizada pela imagem do “novelo que gato brincou”.

⁴ O português Antônio Cândido de Figueiredo (1846-1925) foi um dos mais destacados filólogos da língua portuguesa. Foi autor do *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, publicado originalmente em 1899 e alvo de muitas reedições. Também publicou inúmeros estudos de filologia, ficção e crítica, dentre os quais *Lisboa no ano 3000*, obra de crítica social e institucional, publicada em 1892, e recentemente reeditada. Traduziu numerosas obras de filologia e linguística. Foi sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras. (<http://www.ao.com.br/download/figueire.pdf>) Acessado em 12 de novembro de 2012.

Na sequência seguinte, o separatista desqualifica os estudos filológicos centrados em questões irrelevantes que desviavam o foco do único estudo que realmente interessava ao país – o estudo da língua falada pelos “vinte e cinco milhões de jecas que somos”. Segundo Lobato, a falta de estudos da Brasilina aumentava a contradição entre a fala e a escrita:

O estudo único em matéria filológica que nos cumpria fazer, não fazíamos. Era esse da língua nova que ao país inteiro interessa: o estudo, o retrato fiel da Brasilina arisca que atende às necessidades de expressão dos vinte e cinco milhões de jecas que somos. Porque, estranha contradição! falamos à moda de Brasilina, mas escrevemos à moda de dona Manuela, por falta de coragem, ou medo ao bolo da palmatória (férula) portuguesa (DCOV [1921], 2008, p. 91).

Para textualizar a contradição entre falar brasileiro, mas escrever português, Lobato desdobra sua metáfora da mulher, formulando um nome próprio feminino também para a língua portuguesa. Se a língua brasileira é a “Brasilina”, a língua portuguesa é “dona Manuela”, nome especialmente adequado para evocar a antroponímia lusitana. Dizer que alguém se chama Manuel/Manuela é quase como dizer que ele/ela é português/portuguesa. Brasilina é simplesmente Brasilina, ao passo que “dona Manuela” vem acompanhada pela forma de tratamento “dona”. Segundo Houaiss (2009, p. 708), “dona” é um título honorífico que, em princípio, precedia apenas o nome próprio de mulheres pertencentes às famílias nobres, tendo, posteriormente, se ampliado para todas as mulheres distinguidas por algum título de respeito como: casadas, religiosas, viúvas, idosas. O contraste metafórico entre Brasilina/dona Manuela textualiza a ainda subserviência brasileira ao padrão gramatical lusitano em matéria de escrita. Dona Manuela é a encarnação não apenas da autoridade portuguesa, mas também do autoritarismo do colonizador que, se não detém mais o poder político, ainda não desistiu de colonizar a nossa língua. Nessa e em inúmeras outras sequências, Lobato condena veementemente a fraqueza do brasileiro que se intimida ante a “férula” (palmatória) portuguesa, esgueirando de assumir como língua oficial do país a Brasilina.

Observando a veemência com que Lobato repudiava a imitação dos franceses, em matéria de literatura, artes e cultura, e a imitação dos portugueses, em matéria de língua, é possível compreender a razão de seu entusiasmo diante da empreitada de Amadeu Amaral, ao sistematizar o dialeto caipira numa obra:

Esse estudo, tão reclamado, Amadeu Amaral superiormente o realizou. Seu *dialeto caipira* vale por chave de ouro a abrir as portas de um mundo inédito. É o começo da gramaticalização de uma língua nova, neta da língua de Horácio. (DCOV [1921], 2008, p. 91)

Segundo o nacionalismo lobateano, enfim, surgia algo que arejava as Letras brasileiras, viciadas pelo ar contaminado da Europa que soprava em nossa direção. Para quem, cansado de brigar com o partido da cópia, o jeca era o tipo que melhor representava o homem nacional, a publicação de um estudo sobre o dialeto caipira significava muita coisa. Estudar, sistematizar e publicar um livro sobre a língua do jeca, tida como filha do português e neta do latim (a língua de Horácio), eram gestos que inauguravam uma nova era que podia levar o Brasil a uma emancipação completa de Portugal. Para tanto, a língua brasileira precisava se tornar uma língua escrita, ou seja, precisava ser gramatizada. O processo de gramatização de uma língua se inicia com a sua transcrição por meio das letras. Uma língua que, até então só tinha uma existência oral, passa a ser escrita e cria as condições para o desenvolvimento de um saber metalinguístico sobre ela, cujos pilares são, como já se observou anteriormente, a gramática e o dicionário. Lobato compreende o estudo de Amadeu Amaral como encetando o processo de gramaticalização da língua brasileira, passo fundamental para o seu reconhecimento como língua independente do português e, conseqüentemente, como língua oficial do país. Uma vez escrita, a Brasilina não seria apenas a língua ouvida “à beira dos corgos, pelas vendolas de estrada, nos casebres de sopapo, nos sambas, nas catiras, nas farras, na peraltagem infantil das ruas”, saída da boca da “arraia-miúda dos campos e do povinho humilde e sofredor das cidades”, dos “roceiros, das patuleias urbanas e dos literatos que se dirigem às massas e não às elites”, seria uma língua digna da expressão literária, a ser lapidada “na ourivesaria da rima e da prosa”.

Lobato era um enunciador incansável na afirmação do valor que a cultura nacional merecia e, por isso, atribuía grande relevância à iniciativa de Amadeu Amaral de apresentar “a caipirinha dialetal paulista” ao país, uma vez que ele a tinha como língua que atenderia “às necessidades de expressão dos vinte e cinco milhões de jecas que somos” e que, no futuro, viria a ser a língua nova a ser falada por “duzentos milhões de homens”.

A partir de então, Lobato passa a falar aos leitores em primeira pessoa do singular, como se fosse o próprio Amadeu Amaral apresentando sua obra:

Está aqui o pingo d'água arisco que vai ser o diamante de amanhã. Exponho-a aos vossos olhos, nuazinha em pelo, envergonhada e humilde como a apanhei reinando à beira dos corgos. Apanhei-a como O. F. apanha borboletas: sem lhes tocar nas asas para que nenhuma falripa do irisado se perca. Está pura e intacta como se surgisse de um banho matinal no ribeirão. (DCOV [1921], 2008, p. 91)

Nessa sequência discursiva, mais metáforas são formuladas para apresentar a Brasilina ao público leitor como uma língua em processo de formação: ela é um pingo de água que ainda vai se cristalizar; ela é uma menina-moça, nua, pura e intacta como se tivesse acabado de se banhar no ribeirão; ela é como as borboletas que precisam ser capturadas com muito cuidado para não ter danificada a penugem que produz o espectro de cores quando atingida pela luz. Quer dizer, o trabalho de Amaral não apresentava uma língua pronta, mas o devir da nova língua, e o fazia com o cuidado de não deturpá-la. Na sequência discursiva a seguir, Lobato finalmente resenha o livro *O Dialeto Caipira*, indicando o que ele contém:

Estudei-a sob todos os aspectos.

O fonético, enunciando as alterações normais dos fonemas e as modificações isoladas. O lexicológico, dizendo dos elementos lusos, arcaicos na forma ou no sentido, com que se enfeita; dos elementos indígenas que assimilou, dos africanos e das elaborações pessoais – deliciosa criação de fino valor expressivo. O morfológico, dando a formação das palavras, as maluqueiras teratológicas, as flexões de grau e verbo e o modo todo seu de resolver a questão dos pronomes. O sintático, reunindo fatos relativos ao sujeito, aos pronomes como objetivo direto, às conjugações perifrásticas, às orações relativas, às modalidades de negativa e à maneira de circunstanciar o tempo, e espaço e a causa. (OV2 [1921], 2008, p. 91-92)

Em seguida, organizei um vocabulário onde desfilou o rosário inteiro de palavras que ela criou, ressuscitou, simbolizou e modificou – ou corrompeu, como querem os moralistas vestidos na pele dos filólogos. (DCOV [1921], 2008, p. 92)

Na retomada da obra feita por Lobato, fica evidente o diálogo travado por Amadeu com a gramática tradicional. É com base nos conceitos e na terminologia desse paradigma que o dialetólogo realiza e organiza seu estudo, partindo da menor unidade (nível fonético) para a maior (nível sintático). Na verdade, a obra reúne os dois instrumentos da gramaticalização de que fala Auroux (1992): uma gramática e um vocabulário do dialeto caipira.

No enunciado sobre o vocabulário criado pela Brasilina, pode-se observar com clareza a heterogeneidade do discurso que, nesse caso, além de constitutiva, é também mostrada. Veja-se que, sob o ponto de vista do discurso separatista, o enunciador fala

das palavras que a língua “criou, ressuscitou, simbolizou e modificou”, ações sobre as quais não há incidência de uma avaliação negativa. Porém, quando retoma a voz dos legitimistas (“os moralistas vestidos na pele dos filólogos”), o enunciador usa o termo “corrompeu”, termo investido de uma carga semântica negativa, habitualmente usado por eles para designar a mudança que ocorreu no português falado no Brasil, uma mudança que, segundo viés conservador, destruía a integridade da língua-mãe. Enunciados como esse são extremamente significativos para mostrar a fecundidade da tese que afirma a natureza interdiscursiva e heterogênea do discurso.

Ainda falando como se fosse Amadeu Amaral, no enunciado seguinte, Lobato convoca outros estudiosos a também contribuir para a descrição da língua nova, retratando-a fielmente, “sem retoques”, como ele mesmo diz (jura) fazer. Com um *feeling* de sociolinguista, quando essa ciência era sequer imaginada nos moldes científicos que ela viria a ter, ao ser criada na década de 1960, Lobato já observava que a língua nova era múltipla e não una. Assim, a tarefa de descrever todas as variantes regionais da língua nova era um trabalho coletivo:

Aqui tendes a minha contribuição. Juro pela fidelidade do esboço – que assim que foi que a vi, à língua nova, brincando menineira em terras de São Paulo. Façam os outros o mesmo. Retratem-na com este carinho, ao Norte, ao Sul, ao Centro – honestamente, sem retoques.

Porque Brasilina é volúvel. Trata-se de gaúcha nos pampas, de vaqueira no Centro, de seringueira na Amazônia e só a teremos estudada de modo integral, nas graças corporais e na psicologia, quando lhe fotografarmos todas as variantes. Só esse trabalho coletivo nos permitirá a posse do diamante bruto que por aí rola nas mãos calejadas do povilêu. Feito isso, é lapidá-lo na ourivesaria da rima e da prosa e teremos criado a língua nova que no futuro falarão duzentos milhões de homens. (DCOV [1921], 2008, p. 92)

É desdobrando a metáfora da língua nova como uma mulher jovem – Brasilina – que Lobato fala sobre a necessidade descrever as variantes regionais que a compõem. Brasilina é representada como uma mulher “volúvel” que se faz “gaúcha nos pampas”, “vaqueira no Centro”, “seringueira na Amazônia”, assumindo tipos regionais, o que pode ser entendido como uma reafirmação da tese evolucionista, segundo a qual há uma adaptação dos organismos ao meio em que vivem. Brasilina só será retratada integralmente, “nas graças corporais e na psicologia”, quando todos os seus tipos (variantes) forem estudados. Da metáfora da mulher, Lobato passa para a do “diamante bruto” que “rola nas mãos calejadas do povilêu”. Quer dizer, o trabalho de coleta do vernáculo da nova língua teria de ser feito em meio ao povilêu, por estudos realizados

nas diversas regiões, *in loco*, com o registro apenas dos fatos linguísticos vigentes. Esses estudos resultariam na posse do “diamante bruto”, ou seja, resultariam na apreensão da língua nova comum, que seria lapidada por prosadores e poetas. Em síntese, a língua nova estava sendo produzida pelo povo, deveria ser gramatizada por estudiosos como Amadeu Amaral e lapidada pelos escritores.

A convocação para a tarefa de descrever as variantes da língua nova é uma espécie de glosa do que o próprio Amadeu Amaral, que se considerava apenas um “hóspede da glotologia”, diz no prefácio de seu livro. Ele insistia na ideia de que era necessário desenvolver um trabalho imparcial, paciente e metódico de observação dos falares de cada região, cujas descrições, posteriormente, poderiam ser comparadas, fazendo sobressair “os caracteres gerais do dialeto brasileiro”:

É claro que não é esta uma tarefa simples, para ser levada a cabo com êxito por uma só pessoa, muito menos por um hóspede em glotologia. Mas é bom que se comece, e dar-nos-emos por satisfeito, se tivermos conseguido fixar duas ou três ideias e duas ou três observações aproveitáveis, neste assunto, por enquanto, quase virgem de vistas de conjunto, sob critérios objetivos. Fala-se muito num “dialeto brasileiro”, expressão já consagrada até por autores notáveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialeção, cuja existência é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. Nem se poderão discriminar, enquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões.

O falar do Norte do país não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de S. Paulo não é igual ao de Minas. No próprio interior deste Estado se podem distinguir sem grande esforço zonas de diferente matiz dialetal - o Litoral, o chamado “Norte”, o Sul, a parte confinante com o Triângulo Mineiro. Seria de se desejar que muitos observadores imparciais, pacientes e metódicos se dedicassem a recolher elementos em cada uma dessas regiões, *limitando-se estritamente ao terreno conhecido e banindo por completo tudo quanto fosse hipotético, incerto*, não verificado pessoalmente. Teríamos assim um grande número de pequenas contribuições, restritas em volume e em pretensão, mas que, na sua simplicidade modesta, escorreita e séria prestariam muito maior serviço do que certos trabalhos mais ou menos vastos, que de quando em quando se nos deparam, repositórios incongruentes de fatos recolhidos a todo preço e de generalizações e filiações quase sempre apressadas.

Tais contribuições permitiriam, um dia, o exame comparativo das várias modalidades locais e regionais, ainda que só das mais salientes, e por ele a discriminação dos fenômenos comuns a todas as regiões do país, dos pertencentes a determinadas regiões, e dos privativos de uma ou outra fração territorial. Só então se saberia com segurança quais os caracteres gerais do dialeto brasileiro, ou dos dialetos brasileiros, quantos e quais os subdialetos, o grau de vitalidade, as ramificações, o domínio geográfico de cada um. Seremos imensamente gratos às pessoas que se dignarem de nos auxiliar, de

acordo com as ideias que aí ficam esboçadas, no aumento e no aperfeiçoamento desta modesta tentativa (AMARAL, 1920, p. 2 e 3).

Fechando o momento da enunciação em que assume a voz de Amadeu Amaral para dizer do que vai dentro do texto, Lobato confere ao autor de *O Dialeto Caipira*, a honrosa alcunha de “Fernão Lopes da gramaticologia brasileira”. Assim, o feito de Amadeu Amaral, ao iniciar o processo de gramatização da língua brasileira, seria comparável ao feito de Fernão Lopes, considerado o precursor da prosa literária e ensaística de língua portuguesa:

É isto que nos diz o livrinho modesto de Amadeu Amaral, o Fernão Lopes⁵ da gramaticologia brasileira.

Seu dialeto caipira assanhará as tartarugas filológico-perobas, como obra ímpia que dá honras de cidade à “corrupção”. Esses carunchos sob forma humana pertencem à fauna cadavérica. Só se sentem à vontade quando a questão é de necropsia. Em se tratando de arrastar a asa a uma rapariga viva, de carne morena e quente, persignam-se como fradalhões hipócritas e gritam fugindo às arrecuas:

- Pecado! Pecado!... (DCOV [1921], 2008, p. 92).

No último parágrafo da resenha, o processo de interincompreensão realizado pelo enunciador separatista-nacionalista em relação ao discurso legitimista é levado às últimas consequências, resultando em mais uma farta safra de simulacros. Presumindo a crítica e a censura que a obra de Amadeu Amaral poderia sofrer da parte dos conservadores, adiantando que ela poderia ser dita por eles uma “obra ímpia que dá honras de cidade à ‘corrupção’”, quer dizer, uma obra que peca contra as normas e os valores estabelecidos e abona a adulteração da boa língua, Lobato nomeia os legitimistas como: “tartarugas filológico-perobas”, “carunchos”, “fauna cadavérica” e, mais, afirma que eles só lidam bem com a língua morta que pode ser submetida a “necropsia”. Se, por um lado, os legitimistas são representados como estando na companhia da língua velha e morta, por outro, os separatistas tomam partido da língua nova, que está no esplendor da vida. Pelos cultuadores da morte, agora ditos “fradalhões hipócritas”, a língua nova, apresentada sensual e metaforicamente como “uma rapariga viva de carne morena e quente”, é, presumivelmente, vista como pecado de que se

⁵ Fernão Lopes viveu entre 1380-1460. Cronista histórico lusitano nascido em Lisboa, é considerado precursor dos modernos métodos historiográficos e criador da prosa literária e ensaística de língua portuguesa. Lobato compara Amaral, por ser precursor da gramática da língua brasileira, a Fernão Lopes que é considerado precursor da prosa portuguesa.

afastam. Além de puristas, puritanos, eis a imagem que Lobato pinta dos legitimistas com a profusão de metáforas e simulacros que pontuam o texto do início ao fim.

4. NOTAS FINAIS

Lobato, como inúmeros outros intelectuais que pensavam o Brasil tendo por referência espaço-temporal a cidade de São Paulo das primeiras décadas do século XX, era reconhecido pela sua natureza belicosa, pelas batalhas verbais que travava, por meio da imprensa, tanto com os passadistas quanto com os próprios modernistas. Sua obra suscitou críticas em esferas diversas: estética, literária, linguística, política, religiosa, ética, pedagógica etc. Enfim, ele não era uma unanimidade entre seus contemporâneos. Se para uns era a própria encarnação da modernidade, da inovação e do espírito revolucionário, para outros era o fantasma da reação, do arcaico, do preconceito. Pode-se dizer que ele era um sujeito mal ajustado à comunidade ética modernista, embora compartilhasse com ela muitas de suas bandeiras, como a da nacionalização literária, linguística, artística, enfim, cultural do país.

Lobato procurava se desvencilhar daquilo que, na sua opinião, transformava os escritores brasileiros em micos – a imitação rasa do padrão estético francês e das normas linguísticas portuguesas. O lugar de que Lobato falava era o do separatista, porém esse lugar, longe de ser um território conquistado em definitivo, era um território sob litígio, disputado com o legitimista, que defendia a manutenção do domínio linguístico português, mesmo quando os laços políticos, econômicos, jurídicos tinham sido rompidos. Considerando que, em relação ao *corpus* de enunciados analisados, o discurso separatista era o discurso agente, o legitimista – aqui o discurso paciente – sempre era retomado/traduzido por meio de semas negativos, rejeitados, afinal, “o discurso não pode haver-se com o Outro como tal, mas somente com o simulacro que constroi dele” (MAINGUENEAU, 2008, p. 100). Assim, perspectivado pela semântica separatista, o modo legitimista de significar a alteridade linguística brasileira era abominado por Monteiro Lobato.

Nesse percurso, observou-se que a polêmica, que é, segundo Maingueneau (2008), uma forma de dialogismo e heterogeneidade mostrada na superfície dos enunciados, manifestava-se frequentemente na enunciação de Lobato por meio de simulacros. Na tentativa de valorizar seu discurso, Lobato utilizava termos que buscavam diminuir/ridicularizar o Outro. O léxico lobateano para designar,

derrisoriamente, o legitimista era farto de possibilidades, sem contar com as argutas metáforas que ele criava para nomeá-lo, a exemplo de “tartarugas filológico-perobas”, “carunchos”, “fauna cadavérica”, “fradalhões hipócritas” etc. Tais simulacros trazem à tona a heterogeneidade dos discursos, bem como a interincompreensão inerente à polêmica. Os enunciados lobateanos são verdadeiras arenas em que o separatista açoita, com palavras-chicote, os legitimistas, revelando que um discurso sempre nasce de outro(s) discurso(s), ainda que para negá-lo(s).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS DA PESQUISA

- ALBUQUERQUE, J. G.; COX, M. I. P. *A polêmica entre separatistas e legitimistas em torno da língua do Brasil na segunda metade do século XIX*. Polifonia, Cuiabá, EdUFMT, n. 3, p. 31-59, 1997.
- AMARAL, Amadeu. *O Dialeto Caipira* 4.^a ed. Hucitec/INL-MEC – [1920]1982. Disponível em: <http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/amadeuamaral/odialetocaipracreditos.htm>. Acesso: out./2012.
- ANDRADE, M. Esboços para a Gramatiquinha da fala brasileira. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). *A Gramatiquinha de Mário de Andrade - Texto e Contexto*. São Paulo: Duas Cidades, [1928] 1990.
- _____. Pauliceia desvairada. In: *Poesias completas*. Belo Horizonte: Villa Rica, [1922] 1993.
- ANDRADE, Oswald de (1928). Manifesto antropófago e Manifesto da poesia pau-brasil. In: TELES, Gilberto Mendonça. *Vanguarda européia e modernismo brasileiro: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas*. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.
- ARANHA, Graça (1924). O espírito modernista. In: Pinto, E. P. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: EDUSP, 1981, p. 47 e 48.
- AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Campinas: EdUNICAMP, 1992.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- _____. *Notas breves sobre a derrisão no gênero discursivo fotografia*. Disponível em: <http://cpd1.ufmt.br/meel/arquivos/artigos/22.pdf>. Acesso em abril de 2012.
- BOSI, Alfredo. Um mito sacrificial: o indianismo de Alencar. In: *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- DARWIN, Charles. *On the Origin of Species by Means of Natural Selection, or the Preservation of Favoured Races in the Struggle for Life*. London: John Murray, 1859.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves – 2. Ed.- Rio de Janeiro: Forense Universitária, [1969] 1986.
- KRISTEVA, J. *História da linguagem*. Lisboa: Edições 70, 1974.
- LOBATO, Monteiro. O dialeto Caipira. In: *A onda verde*. São Paulo: Globo, [1921] 2008.
- _____. *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, [1915] 2010.
- MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- _____. Ethos, cenografia, incorporação. In: AMOSSY, Ruth (Org). *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, [2005] 2011, pp. 69-92.
- ORLANDI, Eni. Teorias da linguagem e discurso do multilinguismo na contemporaneidade. In: ORLANDI, Eni. (Org.) *Políticas Linguísticas no Brasil*. Campinas: Pontes, 2007, p. 53-62.

_____. *Análise de discurso: princípios & procedimentos*. Campinas: Pontes, 2000.

PECHEUX, M. & FUCHS, C. (1975). “A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas”. In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. P. Cunha. Campinas, Editora da UNICAMP, 1997.

PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978.

_____. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1981.

_____. Esboços para a Gramatiquinha da fala brasileira. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). *A Gramatiquinha de Mário de Andrade - Texto e Contexto*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

QUEIROGA, S. Prólogo. In: PINTO, Edith Pimentel. (Org.) *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos*. 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história. São Paulo: Edusp, 1978, p. 155-172.

SÉRIOT, P. *La linguistique spontanée des traceurs de frontières*. Cahiers de l'ILSL, Lausanne, n. 8, p. 277-304, 1996.

O dialeto caipira

Sob este título modesto acaba Amadeu Amaral de compor a primeira gramática da língua brasileira.

Expliquemo-nos.

A grande árvore da língua latina, que circunstâncias felizes fizeram viçar ao bafejo das brisas mediterrâneas, depois de completo um glorioso ciclo biológico, morreu como morrem árvores – escasqueada, broqueada, parasitada, lenhada e afinal derrubada pelo bárbaro a manejar inconscientemente o machado da evolução.

Mas como árvore que era, morreu perpetuando a espécie nas filhas – esses frondosos alporques que constituem hoje a família neolatina.

Bela irmandade! Quatro irmãs, opulentas de tesouros literários – a lusa, a italiana, a francesa, a espanhola, e a mais humildezinha, aquela entalada no *frége* dos Bálcãs – a romena. E todas bem enseivadas, ricas, capazes de a seu turno refluírem em prole magnífica de que sairão as netas da língua latina.

Cá entre nós já vemos grulhar a netinha número um, sub-variedade da língua portuguesa.

É a língua da terra, a língua geral destes vinte e cinco milhões de criaturas que somos.

Coexiste em nosso território, ao lado da língua-mãe e oficial, a portuguesa. Humilde criança da roça gerada no seio da arraia-miúda dos campos e do povinho humilde e sofredor das cidades, negam-lhe pão e água os magnatas cortesanescos que fazem roda de peru em torno da rainha metropolitana.

Não obstante menina cresce, conchegada com amor no seio do povo, já é ela, a neta, e não mais a avó erudita, quem satisfaz às necessidades de intercâmbio mental dos roceiros, das patuleias urbanas e dos literatos que se dirigem às massas e não às elites.

Nela é que o sertanejo ama, o gaúcho bravateia, o retirante chora, o seringueiro lamenta-se, o vaqueiro descanta, o cafejeste persnostica. Tem já poetas embelecados pelas suas graças nascentes e adoradores prosistas, doidos pelo seu linguajar langue, ingênuo, expressivo e vivamente impregnado da cor, do som, do cheiro, do ité, do agreste da terra brasílica.

Crescerá essa menina, far-se-á moça e mulher e sentar-se-á um dia no trono ora ocupado por sua empertigada e conspícua mãe. Imperará no Brasil inteiro – não como hoje, às ocultas e medrosamente, mas às claras, de justiça e de direito; e não na língua falada apenas, mas na falada, na escrita e na erudita. E a língua velha mãe, que cá vige, mas não viça, abdicará de vez em favor da filha espúria que hoje renega, e desconhece, e insulta como corruptora da pureza importada.

Cem anos levará isto? Que importa? Cem, duzentos, quinhentos – isso é nada na vida de um povo.

E Sinhazinha Brasilina não tem pressa. Menina descansadota, meio “mãe da vida”, ela olha para o tempo e, despreocupada, folga e ri de pé no chão à beira dos corgos, pelas vendolas de estrada, nos casebres de sopapo, nos sambas, nas catiras, nas farras, na peraltagem infantil das ruas. Convive apenas com o povinho miúdo. Foge acanhada dos grandes, em cujo olhar severo só vê censuras e desprezo.

Tem namorados, Cornélio Pires é um. Valdomiro Silveira é outro. Com eles abre o coração e entremostra o ouro que lhe vai dentro.

Gosta ainda de sapatear quanto Catulo sapeca o pinho choroso. Mas, apesar destas fugidias entradas no grande palco, a arisca Brasilina permanece roceira, e só nos campos reina qual ninfa selvagem – pés nus, vento nos cabelos, sol nas faces.

Era assim. Mas hoje Brasilina está séria, de testa franzida. Veio perturbar-lhe o sossego um homem seu desconhecido, cuja atitude a surpreende.

Amadeu Amaral, em vez de sussurrar-lhe palavras de amor ou desferir-lhe descantes de viola, estuda-a. E Brasilina, tomada a sério pela primeira vez, escolhida de improviso por um escritor de alto renome que a quer tratar com fidelidade, entrepara, acanhadinha, de pé atrás e dedo na boca. E Amadeu assim a esboça, dos pés à cabeça, em traços firmes, num carvão que marcará entre nós o início de uma fase nova de estudos linguísticos – e está fecundíssima.

Até aqui a nossa filologia se limitava a bizantinar sobre verrugas da língua-mãe, mexericando com os clássicos, fossando como leitoa pulverulentos alfarrábios reinóis. Surgia a polémica estéril. Intervinha lá de Lisboa a palmatória; os gramáticos menores – que os há como carrapatos pelo interior – assanhavam-se; e o ponto debatido, em vez de esclarecer-se, ficava como novelo bagunçado que gato brincou.

O estudo único em matéria filológica que nos cumpria fazer, não fazíamos. Era esse da língua nova que ao país inteiro interessa: o estudo, o retrato fiel da Brasilina arisca que atende às necessidades de expressão dos vinte e cinco milhões de jecas que somos.

Porque, estranha contradição! falamos à moda de Brasilina, mas escrevemos à moda de dona Manuela, por falta de coragem, ou medo ao bolo da palmatória (fêrula) portuguesa.

Esse estudo, tão reclamado, Amadeu Amaral superiormente o realizou. Seu *dialecto caipira* vale por chave de ouro a abrir as portas de um mundo inédito. É o começo da gramaticalização de uma língua nova, neta da língua de Horácio.

Ele traz pela mão, honestamente, a caipirinha dialetal paulista e a apresenta ao país.

- Está aqui o pingo d'água arisco que vai ser o diamante de amanhã. Exponho-a aos vossos olhos, nuazinha em pelo, envergonhada e humilde como a apanhei reinando à beira dos corgos. Apanhei-a como O. F. apanha borboletas: sem lhes tocar nas asas para que nenhuma falripa do irisado se perca. Está pura e intacta como se surgisse de um banho matinal no ribeirão.

Estudei-a sob todos os aspectos.

O fonético, enunciando as alterações normais dos fonemas e as modificações isoladas. O lexicológico, dizendo dos elementos lusos, arcaicos na forma ou no sentido, com que se enfeita; dos elementos indígenas que assimilou, dos africanos e das elaborações pessoais – deliciosa criação de fino valor expressivo. O morfológico, dando à formação das palavras, as maluqueiras teratológicas, as flexões de grau e verbo e o modo todo seu de resolver a questão dos pronomes. O sintático, reunindo fatos relativos ao sujeito, aos pronomes como objetivo direto, às conjugações perifrásticas, às orações relativas, às modalidades de negativa e à maneira de circunstanciar o tempo, e espaço e a causa.

Em seguida, organizei um vocabulário onde desfilou o rosário inteiro de palavras que ela criou, ressuscitou, simbolizou e modificou – ou corrompeu, como querem os moralistas vestidos na pele dos filólogos.

Aqui tendes a minha contribuição. Juro pela fidelidade do esboço – que assim que foi que a vi, à língua nova, brincando menineira em terras de São Paulo. Façam os outros o mesmo. Retratem-na com este carinho, ao Norte, ao Sul, ao Centro – honestamente, sem retoques.

Porque Brasilina é volúvel. Trata-se de gaúcha nos pampas, de vaqueira no Centro, de seringueira na Amazônia e só a teremos estudada de modo integral, nas graças corporais e na psicologia, quando lhe fotografarmos todas as variantes. Só esse trabalho coletivo nos permitirá a posse do diamante bruto que por aí rola nas mãos calejadas do poviléu. Feito isso, é lapidá-lo na ourivesaria da rima e da prosa e teremos criado a língua nova que no futuro falarão duzentos milhões de homens.

É isto que nos diz o livrinho modesto de Amadeu Amaral, o Fernão Lopes da gramaticologia brasileira.

Seu dialeto caipira assanhará as tartarugas filológico-perobas, como obra ímpia que dá honras de cidade à “corrupção”. Esses carunchos sob forma humana pertencem à fauna cadavérica. Só se sentem à vontade quando a questão é de necropsia. Em se tratando de arrastar a asa a uma rapariga viva, de carne morena e quente, persignam-se como fradalhões hipócritas e gritam fugindo às arrecuas:

- Pecado! Pecado!... (DCOV, [1921] 2008, p. 89-92)

LOBATO, Monteiro. O dialeto Caipira. In: *A onda verde*. São Paulo: Globo, [1921] 2008.